

Análise do Discurso da patologização da transexualidade**Analysis of the Speech of the Pathologization of Transsexuality**

Recebimento dos originais: 09/01/2019

Aceitação para publicação: 11/02/2019

Rafael De Tilio

Doutor em Psicologia pela USP/RP, Professor na UFTM

Instituição: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Endereço: Centro de Pesquisas Aluizio Rosa Prata, Rua Vigário Carlos nº100, sala 525, Bairro Abadia, Uberaba-MG – CEP:28025-350.

E-mail: rafaeldetilio.uftm@gmail.com

Gabriel Braga Calegari

Psicólogo Clínico

Instituição: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Reitoria

Endereço: Prata, 35 bairro Leblon, Uberaba-MG – CEP 38030-470

E-mail: gabrielcalegaripsico@gmail.com

RESUMO

Introdução: O tema da patologização da transexualidade tem sido muito discutido nos ambientes acadêmicos e há diversos movimentos políticos contrários a tal, como, por exemplo, o Stop Trans Patholization, que enfatiza o DSM nominalmente, já que é um dos mais importantes manuais de transtornos mentais do mundo, que delimita o fenômeno como uma categoria nosográfica. **Objetivos:** Diante desse contexto o presente estudo visa fazer uma crítica científica e epistemológica, com o referencial da Análise do Discurso de tradição francesa, cujo principal referencial é Michel Pêcheux, em relação ao texto do DSM-V que delimita a Disforia de Gênero. Além de desmistificar a neutralidade científica, visa mostrar como esse discurso é legitimado, imbricado de ideologia e por uma memória discursiva (interdiscurso). **Resultados:** O manual referido, o DSM-V, se enquadra – em relação ao texto que delimita a Disforia de gênero - como um discurso científico e patologizante pertencente a uma formação discursiva biomédica. A instituição APA também busca legitimar seu discurso de acordo com sua posição nas condições de produção de nossa formação social. O conceito de função-autor que busca de certa forma “domesticar” o discurso e, remetê-lo a um sujeito específico, não se aplica uniformemente ao discurso de DSM-V, já que quando nos referimos à ele (à patologização, em outras palavras), nos referimos à uma instituição a “APA” e não a um sujeito específico inscrito historicamente. O efeito de sentido (e de discurso) dessa manobra discursiva é de uma blindagem institucional e por conseguinte a legitimação de “verdade”. O discurso também se classifica como autoritário, tipologia essa aplicável à maioria dos discursos científicos, já que a polissemia é contida e o referente está apagado pela relação com a linguagem. **Apoio:** PIBIC/CNPq.

Palavras-chave: transgeneridade - discurso – Patologização.

ABSTRACT

Introduction: The topic of the pathologization of transsexuality has been much discussed in academic environments and there are several political movements against it, such as, for example,

Stop Trans Pathology, which emphasizes DSM nominally, since it is one of the most important manuals of disorders of the world, which delimits the phenomenon as a nosographic category. Objectives: In view of this context the present study aims to make a scientific and epistemological critique, with the reference of Discourse Analysis of French tradition, whose main reference is Michel Pêcheux, in relation to the text of DSM-V that delimits the Gender Dysphoria.

In addition to demystifying scientific neutrality, it aims to show how this discourse is legitimized, imbricated by ideology and by a discursive (interdiscourse) memory. Results: The referred manual, the DSM-V, fits - in relation to the text that delimits the Gender Dysphoria - as a scientific and pathological discourse belonging to a biomedical discourse formation. The institution APA also seeks to legitimize its discourse according to its position in the conditions of production of our social formation. The concept of function-author that seeks to somehow "domestify" the discourse, and refer it to a specific subject, does not apply uniformly to DSM-V discourse, since when we refer to it (to pathologization, in other words), we refer to an institution as "APA" and not to a specific subject historically inscribed. The effect of meaning (and discourse) of this discursive maneuver is institutional shielding and therefore the legitimation of "truth". The discourse is also classified as authoritarian, a typology that is applicable to most scientific discourses, since polysemy is contained and the referent is erased by the relationship with language. Support: PIBIC / CNPq.

Key words: transgeneridade - discourse - Pathologization

1 INTRODUÇÃO

Em 1980, vinte e oito anos após a primeira experiência de uma cirurgia transexualizadora (isto é, de mudança de sexo), a transexualidade foi pela primeira vez incluída no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III) com a denominação "transexualismo". Já no DSM-IV, publicado em 1994, este termo foi substituído por "Transtorno de Identidade de Gênero" (TIG), ressaltando a incongruência entre a identidade ou autodeterminação de gênero e o sexo biológico designado no nascimento (Arán, Murta & Lionço, 2008)

Já no DSM-V de 2013 a transexualidade aparece como um capítulo à parte, chamado de "Disforia de Gênero" (Araújo & Neto, 2013). Nessa nova e mais recente versão o manual enfatiza o sofrimento gerado pela não identificação com o gênero com o sexo atribuído no nascimento. Mesmo havendo também a utilização de critérios específicos para diagnosticar a Disforia de Gênero na infância, contudo há um pequeno avanço no qual o uso de especificadores que descreviam a orientação sexual desses sujeitos foi abolido (Araújo & Neto, 2013).

Apesar de ter sido incluída no DSM apenas na década de 1980, desde 1958 já havia uma tentativa de classificação da transexualidade como "distúrbio", como por exemplo as proposições de Robert Stoller em seu livro *Sex and Gender* (1958). Após isso, influenciado pela psicanálise kleiniana Stoller passou a considerar a transexualidade como uma questão de identidade, e não de sexualidade (de orientação sexual) (Miranda, 2015).

A maioria dos estudos acerca da patologização da transexualidade colocam-se contra tal diagnóstico, analisando primordialmente o DSM-IV e tratando de seu discurso de uma forma um

tanto generalista, descrevendo-o apenas como “biomédico” (Almeida & Murta, 2013; Bento, 2012; Bento & Pelúcio, 2012; Arán, Murta e Lionco, 2009; Arán, 2006).

Em seu importante artigo Almeida e Murta (2013) argumentam que apesar de todas as portarias emitidas pelo Ministério da Saúde concernentes ao Sistema Único de Saúde ressaltando a importância da integralidade na atenção, cuidados e tratamentos de saúde da população transgênero, no que diz respeito à transexualidade o SUS ainda enfatiza a intervenção médico-cirúrgica (a cirurgia de redesignação sexual, ou de mudança de sexo, após uma série de intervenções medicamentosas) como procedimentoclinico quase que exclusivo. Outros artigos científicos (Almeida & Murta, 2013; Bento & Pelucio, 2012; Arán, 2006) trilham um caminho argumentativo parecido com o anterior, versando sobre a crítica da patologização em relação aos sistemas reguladores de sexo-gênero e relacionando essa crítica com as políticas públicas de saúde brasileiras. As exceções são o artigo de Bento (2012) que relata algumas experiências trans desmistificadoras de estereótipos, e o artigo de Arán, Murta e Lionco (2009) traz um histórico mais detalhadodas regulamentações das políticas públicas sobre a população trans.

Diante desse quadro, pretende-se aqui a partir da Análise do Discurso de Michel Pêcheux realizar uma crítica epistemológica e conceitual à patologização da transexualidade. Mais precisamente, o objetivo é analisar o discurso presente no texto do DSM – V que define o fenômeno transexual como “Disforia de Gênero”, relacionando-o com a materialidade exterior ao qual ele está submetido. Desse modo, pretendemos mostrar como a ideologia se materializa nesse discurso que orienta práticas (legislativas e de saúde) voltadas a esses sujeitos.

2 PERCURSO TEÓRICO DA PESQUISA

Como referencial teórico essa pesquisa se valeu da moderna Análise do Discurso de Linha Francesa (AD) tal como concebida por Michel Pêcheux que teveorigem na França em um período de muita efervescência política. Ela sofreu diversas transformações desde a primeira publicação de Pêcheux em 1969. Entretanto, havia também uma preocupação com o objeto além texto por parte de J. Dubois. Apesar dos autores terem divergências teóricas e terem desenvolvido seus campos separadamente, pode-se conferir uma dupla fundação a AD (Gregolin, 2003).

Indo além da linguística estrutural que compreendia a língua como um sistema fechado em si e que comporta suas leis e suas transformações, a AD une elementos de outras áreas das ciências humanas, a saber: a psicanálise lacaniana e o marxismo de Althusser (Gregolin, 2003).

Não considerando apenas o texto em si, embora este a interesse, a AD trata do *discurso*, concebido como o efeito de sentido produzido entre os interlocutores em condições materiais (ou de existência) específicas, procurando entender a língua enquanto trabalho simbólico, buscando

compreender como ela significa, o que permite que ela signifique, desvelando a relação entre língua-discurso-ideologia (Orlandi, 2009). A AD visa também mostrar como a ideologia (conjunto de proposições elaborado, com a finalidade de fazer aparentar os interesses da classe dominante como interesse coletivo) se materializa no discurso, tanto pelos seus ditos, quanto pelos seus não-ditos, desconstruindo a suposta relação óbvia entre palavra e coisa, desmistificando a ideia que uma ideia só poderia ter sido dita e expressa com as exatas palavras que foram utilizadas – esse fenômeno foi denominado de *Esquecimento Número Dois* por Pêcheux (1975). Porém, não há língua sem história, pois é assim que ela significa e, não há história sem ideologia. Desse modo a ideologia não só se manifesta no discurso, mas o torna possível (Orlandi, 2009).

A ideologia tende a naturalizar a relação palavra-coisa, além de ocultar a memória discursiva referente a tal assunto/ideia (tudo o que já foi dito sobre ele e acumulado, porém passível de esquecimento, pela experiência coletiva – ao que se denomina *interdiscurso* ou *memória discursiva*), fazendo com que o sujeito de enunciação se julgue ponto de partida do discurso, identificando-se e subjetificando-se enquanto sujeito. Aqui já há uma perspectiva diferente do marxismo tradicional em relação a ideologia. Para a AD, essa ocultação do interdiscurso, o que Pêcheux (1975) denomina de *Esquecimento Número Um*, possibilita a subjetificação de um sujeito, portanto ela não é apenas ocultamento ou falseamento da realidade, ela é necessária para a constituição do sujeito – daí o famoso aforismo: a ideologia interpela o indivíduo em sujeito.

Todo discurso se inscreve em várias *formações discursivas*, mas há uma formação discursiva que é dominante e que pode ser percebida pelo analista do discurso. A formação discursiva se refere àquilo que numa conjuntura ideológica dada pode e deve ser dito pelo sujeito e entre os interlocutores (Orlandi, 2009). Assim, os discursos significam de acordo com as posições dos sujeitos numa conjuntura sócio-histórica dentro e a partir das condições de produção que lhes são próprias. Por isso as palavras podem significar diferentemente para os sujeitos dependendo da formação discursiva em que estão inscritos/submetidos. As formações discursivas estão inscritas, por sua vez, na ideologia e sendo ela que naturaliza a relação palavra-coisa dentro da formação discursiva, faz o sujeito supor que aquilo que foi dito só o poderia sê-lo daquela forma – o já referido *Esquecimento Número Dois* (Orlandi, 2009).

Outro conceito importante na AD principalmente na análise do material em questão (como veremos adiante), é o da *função-autor*. Segundo Orlandi (2013), o autor é considerado como “(...) princípio de agrupamento do discurso, como unidade de suas origens e significações, como fulcro de sua coerência” (página, 75). Essa função que o sujeito assume no discurso têm algumas finalidades: identificar, controlar, calcular o sujeito (Orlandi, 2013) e normatizar o discurso segundo processos internos de controle do próprio discurso, segundo critérios de ordenação, distribuição,

visando domesticá-lo (Foucault, 1984). Ou seja, essa função que o autor assume o remete como um sujeito inscrito nas relações sociais de produção, socialmente determinado e individualizando o processo discursivo ao mesmo tempo.

Já a noção de *mudanças parafrásticas* referem as mudanças no discurso, ou seja, as variações do signo linguístico para tratar do mesmo objeto com a mesma ênfase de sentido. Essas mudanças podem conduzir o analista do discurso a compreender qual é a formação discursiva predominante do discurso em questão, já que essas mudanças ocorrem sempre dentro da formação discursiva (Orlandi, 2009). Enfim, a AD surge da união entre a linguística, o marxismo e a psicanálise, numa tentativa de dar conta de um objeto (o discurso) múltiplo, demonstrando as relações políticas e opacas no corte Saussuriano (significante x significado), por intermédio da ideologia e do inconsciente.

3 ALGUMAS HIPÓTESES TEÓRICAS

Considerando uma das teses principais de Althusser - “A Ideologia interpela indivíduos em sujeitos” (Althusser, 1969) - podemos derivá-la para “A Ideologia Interpela indivíduos em sujeitos *sexuados*” já que a divisão social do trabalho também é uma divisão sexual do trabalho. Assim, a transexualidade coloca em cheque a produção de sujeitos operacionalizada pela ordem burguesa e pela ideologia dominante. Adicionando as contribuições de Pêcheux (1975) às de Althusser (1969), a transexualidade coloca em cheque um discurso (que produz os sujeitos *sexuados*) unidirecional entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. Claro que muitas das vezes os sujeitos *transgêneros* no geral e *transexuais* no específico não se identificam dessa forma contestatória da ordem social, mas são subjetivados pelo e no interdiscurso, isto é, como os que precisam conter o transbordamento subjetivo e sexual, reinsertando os sujeitos nas relações sociais de produção que pode ser resumido no discurso patologizante (amparado pela medicina psiquiátrica).

Porém, fenômeno da transexualidade questiona apenas *indiretamente* a ordem social (a divisão sexual do trabalho em última instância) e, por conseguinte, todo saber (ideológico) que é a ela correspondente. Os sistemas que articulam diretamente sexo (biológico) e (identidade/expressão de) gênero, considerados como transparentes, diretos e óbvios são também por sua vez efeitos ideológicos com o mesmo tipo de funcionamento que Pêcheux propõe sobre o sujeito (influenciado por Althusser) e sobre o signo – os chamados esquecimentos (Pêcheux, 1975). Parte do conhecimento da psiquiatria e da psicanálise procuram não um tratamento em saúde, uma simples compreensão, mas igualmente a reinserção desses indivíduos na divisão social e sexual do trabalho considerada normal. Por exemplo, a transexualidade já foi tratada como uma psicose

(justamente aqueles sujeitos em que a castração não é inscrita!), e alguns psicanalistas lacanianos como Caligaris (1989, p.38) tratam da cirurgia transexualizadora como uma nova castração, isto é, como uma normalização artificial necessária aos sujeitos. Antes de ser uma solução compreensiva (a aceitação da diversidade e da diferença) em saúde para os sujeitos *trans* a cirurgia de redesignação sexual os reinsere na divisão social (e de gênero) do trabalho. Essa compreensão de parte da psicanálise evidencia o que Deleuze e Guattari (1972) argumentavam acerca do Édipo e do processo de castração: formas da produção de sujeitos inseridos na Formação Ideológica burguesa.

Segundo Foucault (1979): “... o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (página18).É justamente essa a função do discurso presente no DSM-V: cortar o processo polissêmico (Pêcheux, 1975) em relação ao corpo/identidade/sexualidade que os sujeitos *transgênero* e, dentre eles, os transexuais, geram e, ao fazer isso, ele promove um recorte de normalidade que está amparado numa matriz de dimorfismo heterossexual.

Podemos então diferenciar, apenas para fins didáticos, dois efeitos ideológicos fundamentais que operam na produção do sujeito sexuado:

1

2

Órgão sexual ----> Identidade de gênero ----> Orientação sexual

No primeiro efeito naturaliza-se a relação corpo-identidade, por intermédio da ideologia, tornando-a evidente, óbvia e a-histórica. Nesse sentido esse “materialismo” mecanicista também serve à ordem burguesa, pois a materialidade corporal que é afetada pela ideologia é tomada como uma *causa* evidente no processo de subjetivação dos sujeitos – podemos dizer que o gênero é um dos *efeitos* do sexo. No segundo efeito naturaliza-se a relação entre identidade de gênero e orientação heterossexual, naturalização essa que é questionada, por exemplo, pelos homossexuais que até pouco tempo atrás também eram incluídos no manual supracitado (a retirada da homossexualidade do DMS se deu em revisão feita no DSM-III em 1987). Esses dois efeitos são concomitantes e essa separação serve para uma análise teórica mais aprofundada do discurso do DSM-V acerca da transexualidade, no qual esses dois efeitos estão presentes e são investidos (reforçados), como veremos.

Nesse sentido, no caso da transexualidade e do processo transgenitalizador (construir num corpo o órgão sexual atribuído ser do outro sexo), vemos como a ideologia é manifestada no corpo. Se a repulsa genital (que não é fator único da transexualidade) diz algo da vivência do sujeito

com seu corpo (disforia significa sofrimento avassalador), essa vivência deve ser vista também no seu aspecto simbólico. Os efeitos descritos acima só são possíveis por haver todo um processo social que torna o corpo significativo (algo que foi investido teoricamente pela psicanálise Lacaniana). Podemos então considerar a transexualidade como um processo polissêmico da sexualidade – nos termos de Orlandi (2013), pois rompe com o significativo cristalizado atribuído ao corpo (a tríade sexo biológico, expressão de gênero e orientação heterossexual).

Amparando minimamente essas considerações, pode-se citar as pesquisas de Moreira e Gomes (2013) e de Campos, Matão, Mesquita, Miranda e Teles(2010). A primeira pesquisa foi feita com concluintes de enfermagem da Universidade Estadual de Santa Cruz, com o referencial da análise de conteúdo, visando analisar as representações sociais acerca da transexualidade de tais indivíduos; já a segunda pesquisa foi feita com acadêmicos de medicina e enfermagem, com o mesmo objetivo, porém com o referencial da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici. Dentre os principais resultados ambos os artigos apontam para um desconhecimento dominante acerca da transexualidade principalmente no que tange na produção de estereótipias e na associação direta (heterossexual) entre identidade de gênero e orientação sexual. Campos, Matão, Mesquita, Miranda e Teles (2010) apontam ainda que a questão da patologização representa a menor parcela dos grupos que participaram na pesquisa. Contudo os efeitos ideológicos que dividi em relação ao corpo do sujeito sexuado são investidos pelo *sociuse* a patologização de seu escape têm seu lugar de função social.

4 O DISCURSO

A exemplo da homossexualidade (que já foi incluída no DSM como um dos transtornos sexuais), a transexualidade escancara as ligações entre Ciência e Política, mais especificamente entre os regimes de verdade que regem nossa sociedade (hoje em dia legitimados pela instituição ciência) e a política. A restrita gama conceitual, como apontada em alguns estudos (Almeida & Murta, 2013; Bento & Pelucio, 2012; Arán, 2006), apenas corrobora com este fato.

As mudanças na categorização nosológica e diagnóstica da transexualidade ao longo das edições do DSM já nos apontam um caminho para além da superfície discursiva presente no (naquele) texto. Mais do que revisões teóricas, essas mudanças apontam para respostas tanto às críticas científicas quanto às políticas (movimentos sociais). Tais alterações podem ser vistas como mudanças parafrásticas (Orlandi, 2013) e escancaram a relação do discurso científico com a exterioridade social.

Mas para compreendermos tais mudanças parafrásticas precisamos remeter este discurso a uma Formação Discursiva dominante, esclarecendo também um pouco da tipologia

deste discurso. Diferentemente de alguns artigos sobre a transexualidade (citados acima) que generalizam o discurso do DSM como biomédico, este discurso classifica-se mais como científico-patologizante, e sua formação discursiva seria biomédica. O conceito de formação discursiva (FD) está sendo tomado segundo as definições de Pêcheux (1975), como aquilo que pode e deve ser dito em determinado discurso (nota-se que por uma cristalização do estilo – em alguns casos, do método - na instituição ciência, os discursos científicos terão sua FD quase sempre correspondentes à epistemologia a que esse discurso remete). Analisemos:

“Existem relatos de indivíduos com disforia de gênero em muitos países e culturas. O equivalente à disforia de gênero foi também relatado em pessoas que vivem em culturas com outras categorias de gênero institucionalizadas além de masculino ou feminino. Não está claro se, no caso desses indivíduos, os critérios diagnósticos de disforia de gênero seriam preenchidos” (APA, 2013).

Neste trecho podemos notar que o manual estatísticos de transtornos mentais tenta apenas dizer que está atento para a questão da relatividade cultural, porém, ao contrário do que diria talvez uma perspectiva sócio-histórica acerca da não universalidade das relações entre sexo, gênero e orientação sexual, já que nos próprios critérios o diagnóstico se refere as categorias atribuídas *pela nossa* sociedade, ele diz que não está claro se o diagnóstico de disforia seria preenchido ou não, mas afirma que existem relatos de disforia de gênero em outras culturas. Há um não-dito nessa frase que, por um efeito de sentido, defende e valoriza a lógica ocidental de leitura da “normalidade” da sexualidade. O efeito de sentido delaé que pode clarificar-se que o diagnóstico serve também para outras culturas, obedecendo o que sua FD biomédica (universalista) propõe.

A partir desse exemplo podemos compreender melhor as mudanças parafrásticas ao longo do DSM em relação a transexualidade. *Transexualismo, Transtorno de Identidade de Gênero e Disforia de Gênero* são termos que respondem às cobranças dos movimentos sociais dos transexuais (a campanha *Stop Trans Patholization*, por exemplo), ou seja, (co) respondem à exterioridade social muito antes de críticas científicas e, às vezes, por meio delas, exemplificando o funcionamento do Esquecimento Número Dois (Pêcheux, 1975). Essas mudanças parafrásticas deixam um rastro ideológico do discurso: primeiro o fenômeno em si foi tratado como patologia, depois justificou-se o diagnóstico para que ele continuasse cumprindo sua função social como um transtorno de identidade que também se mostrou ineficiente e, agora, o termo utilizado é Disforia. Este termo remete a ideia de sofrimento e busca-se justificar um diagnóstico investindo apenas neste fato. O próprio manual chega a se contradizer:

“O sofrimento pode não se manifestar em ambientes sociais que apoiam o

desejo da criança de viver o papel de outro gênero e pode surgir somente se houver alguma interferência nesse desejo.” (APA, 2013, página 455)

A linguagem mostra aqui seus equívocos. Caso haja algum locus patológico em relação à temática ele é externo, no mínimo relacional (este trecho do manual têm esse efeito de sentido), contudo seu efeito de sentido mais amplo é uma internalização da “patologia” para que se possa identificá-la e corrigi-la.

Há outro conceito que nos ajuda também a analisar e interpretar algumas manobras discursivas que é o da função-autor. Quando nos referimos ao manual no qual está presente este discurso nos referimos à uma instituição – a APA (a Associação de Psiquiatria Americana) – e não a um indivíduo específico. Ou seja, os efeitos de sentido gerados por essa manobra culminam em uma legitimação institucional e, portanto, *institucionalizado* que se pretende definir. Ora, não é alguém (um indivíduo) que corrobora com a patologização da transexualidade, mas sim é uma instituição com renome científico e influência internacional (da qual se pressupõe neutralidade científica e política). Esse efeito de sentido ocorre tanto no meio científico (a despeito de algumas perspectivas marginais) e, principalmente, no e pelo senso-comum. Podemos então ver que a função-autor que “domestifica” o discurso é utilizada diferentemente no caso do manual e tal domesticação é de certa forma ocultada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despatologização pode servir como um caminho para a atenção e cuidado integral dos sujeitos transgênero e transexuais. Contudo, ela questiona não só sistemas de sexo-gênero, mas a organização de saúde que apesar da iniciativa da atenção básica em saúde, continua a funcionar e a intervir a partir de um modelo biomédico, focalizado na patologia. No caso dos transexuais as possibilidades do cuidado em saúde mental se direcionam à intervenção cirúrgica, gerando uma esterilidade nas políticas públicas destinadas a tal população, assim como nas intervenções psiquiátricas e psicológicas.

A despatologização poderia ser positiva nesse sentido, pois não se trataria de uma doença com intervenção para “solução”, mas um fenômeno que precisa ser assistido na sua complexidade. Entretanto, toda a rede jurídica e de saúde conquistada com a inclusão da transexualidade nos manuais psiquiátricos (ocasionando em benefícios para a população trans) necessita ser assegurada, como ressalta Butler (2009). Segundo a autora alguns argumentos a favor da despatologização não levam em conta toda a rede de suporte jurídico e possibilidade de uma certa autonomia que o diagnóstico traz, principalmente para pessoas desfavorecidas economicamente – e que necessitam o sistema público e gratuito de saúde para terem acesso aos direitos básicos em saúde. Embora seja

extremamente importante assegurar direitos concretos e realizáveis para essa população, a função social do diagnóstico, assim como seus efeitos psicológicos adversos, devem ser levados em conta; ademais, ele próprio limita a possibilidade de inúmeras redes assistenciais para tal população, assegurando-a apenas na via da patologia. O desafio não é fácil, mas uma visão extremamente estrategista reduz as possibilidades para esses sujeitos (que deveriam ser construídas por tais, com apoio político-social).

A exemplo do que o movimento feminista lutava (e ainda luta, com outras ênfases), o caminho para a superação da representação social (atual) da transexualidade como patologia, as condições sociais desses sujeitos e a visão integral sobre o fenômeno só podem ser alcançados passando pela inclusão de tais nas relações sociais de trabalho, deixando de ocupar profissões de risco e que ficam à margem da sociedade. Inclusão essa enquanto sujeitos *trans*, em sua performatividade e expressão, não-binários, e, não apenas enquanto homem/mulher reinseridos na lógica binária de divisão de gêneros.

REFERÊNCIAS

Althusser, L. (1969). *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado* (AIE). Tradução de Maria Laura V. de Castro, 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

Almeida, G. & M. Daniela. (2013). Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidade, Saúde e Sociedade*, 14, 380-407.

American Psychiatric Association (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V)*. Arlington.

Arán, M. (2006). A transexualidade e a gramática normativa do sistema *sexo-gênero*. *Ágora*, 9(1), 49-63.

Arán M., Murta D., & Lionço T. (2009). Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4), 1141-1149.

Bento, B. (2012). Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. *Ciência e Saúde Coletiva*, 17(10), 559-568.

Bento, B. & Pelúcio, L. (2012). Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 559-568.

Butler, J. & Rios, A. (2009). Desdiagnosticando o gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(1), 95-126.

Calligaris, C. (1989). *Introdução a uma clínica diferencial das psicoses*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Campos, P.H., Matão, M.E.L., Miranda D.B., Teles, M.N.A. & Mesquita, L.B. (2010). Representações sociais da transexualidade: perspectivas dos acadêmicos de enfermagem e medicina. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 34(1), 101-18.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1972). *O anti-édipo*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

Foucault (1979): *Microfísica do Poder*. São Paulo: Editora Graal.

Gregolin, M. R. V. (2003) Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. (Org.). *Teorias linguísticas: problemáticas contemporâneas*. Uberlândia: EDFU.

Moreira M.A. & Gomes, A.J.M. (2013). Representações sociais de estudantes concluintes de enfermagem sobre transexualidade. *Revista de Enfermagem da UFPE*, 7(5):4378-88.

Orlandi E. P. (2009). *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 8 ed, 100p.

Pêcheux. M. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.